



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201940601925	Distribuição: 13/12/2019
Número Único: 0071952-05.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: MANOEL DOS SANTOS
Endereço: TRAVESSA TREZE
Complemento:
Bairro: SAO CONRADO
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49042123
Advogado: ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

13/12/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601925, referente ao protocolo nº 20191213175004297, do dia 13/12/2019, às 17h50min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO DE
ARACAJU/SE.

MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, desempregado, RG nº 3019223-4 SSP/SE, CPF nº 055.475.068-69, residente e domiciliado a Travessa vizinho ao mangue, nº 006, Orlando Dantas, Aracaju/SE, CEP: 49042-123, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente estava em sua bicicleta quando foi atropelado por um veículo de placa QKX 4499, sendo levado pela SAMU ao Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE com várias lesões, inclusive ficou em coma por três dias, relato obtido no Boletim de Ocorrência em anexo.

03. O fato do acidente é incontroverso, pois a Requerida reconheceu o acidente e procedeu o pagamento da indenização em virtude das sequelas deixadas pelo acidente, porém em valor inferior ao que deveria ter pago ao Requerente.

04. O Requerente, passou por diversos procedimentos médicos afim de conseguir se recuperar dos problemas causados pelo acidente de trânsito sofrido como podemos verificar pelos relatórios médicos e prontuários médicos aqui anexados.

05. Como pode ser visto no corpo probatório anexado a esta Exordial, o fato do acidente de trânsito está cabalmente provado, assim como as sequelas deixadas por ele, entretanto, a Requerida pagou a indenização em valor menor do que deveria, **mesmo tendo sido juntado no processo administrativo relatório médico do especialista em Ortopedia e Traumatologia, Doutor Renato Teixeira - CRM - 1450, que atestou que o acidente deixou no Requerente danos permanentes, como cefaleia frequente, perda de visão e audição, ou seja, danos neurológicos cognitivos.**

06. Como pode ser visto nos prontuários médicos, em especial os Relatórios Médicos Especializados, o acidente causou no Requerente sequelas permanentes, porém, a Requerida pagou a indenização em valor menor do que deveria.

07. Conforme se vê no resultado da consulta do sinistro acima mencionado, a Requerida pagou a indenização no valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), levando em consideração lesões neurológicas que causaram comprometimento de função vital ou autonômica, graduada pela Requerida como sendo residual 10%, quando deveria ter pago o valor de R\$13.500,00 (treze mil quinhentos reais) referente as lesões neurológicas que cursem dano cognitivo-comportamental, que devem ser pagas no percentual máximo de 100%.

08. Assim, em virtude da indenização devida ao Requerente ter sido paga em valor inferior ao que de fato faz *jus*, não lhe restou outro meio que não fosse valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

II-I DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

09. O seguro DPVAT, que é o seguro responsável pelo pagamento da indenização aos que tiveram danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, e que para fazer a solicitação e pleitear o seguro, basta apenas comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

(Grifamos)

10. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelecem as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada”

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

(Grifos nossos)

11. Como podemos ver o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso, seguiu todos os procedimentos para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, apesar da Requerida ter reconhecido o acidente, não efetuou o pagamento da indenização no valor que o Autor faria *jus*, ou seja, pagando a menor.

12. Conforme pode ser comprovado junto às provas aqui colacionadas, nos laudos, nos relatórios, nas fichas médicas e nos exames, o acidente de trânsito, deixou o Requerente com sequelas funcionais permanentes, devendo assim a Requerida, ser condenada a pagar a diferença da indenização paga a menor no valor de **R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais)**, referente aos danos neurológicos e cognitivos, esses valores estão de acordo com a tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado, inclusive, vemos na lei a determinação do pagamento em percentual máximo para lesões neurológicas.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i> <i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>Percentual da Perda</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores</i>	100
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior</i>	
<i>Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral</i>	
<i>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</i>	
<i>alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre</i>	
<i>deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)</i>	
<i>comprometimento de função vital ou autonômica</i>	
<i>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i>	25
<i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i>	10
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou</i>	50

<i>da visão de um olho</i>	
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baço</i>	10

II-II - O DANO MORAL

13. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, recebeu a indenização a menor do que deveria, mesmo tendo sido juntado no processo administrativo, relatório médico especializado, ou seja, estando o Requerente em conformidade com a lei específica do benefício e preenchido os requisitos para ter acesso a indenização em valor superior àquele pago.

14. Ademais, a conduta praticada pela Requerida de não pagar o supracitado valor devido ao Requerente, além de prejudicá-lo, prejudicou também a sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico necessário para diminuir todas as sequelas decorrentes do acidente. Diante disso, o Código Civil de 2002, em especial nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

15. O Requerente, em virtude de não ter recebido o valor exato da indenização que é prevista e garantida por lei, ficou muito frustrado, pois, além de ter sido vítima, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, mesmo depois de ter juntando todas as provas necessárias não conseguiu receber a quantia que lhe era devida.

16. Além do que, o pagamento da indenização daria ao Requerente e a sua família, melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(Grifamos)

17. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão ao seu direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que o dinheiro da indenização fosse usado no seu tratamento médico, inclusive, esse é o entendimento mais recente do Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE para deferir o dano moral, conforme pode ser visto no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."

(Grifamos)

18. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

19. Mais uma vez, é importante frisar que, a indenização por danos morais não esta sendo pedida em virtude do não pagamento do prêmio ou pagamento a menor, más pelas consequências do não pagamento do mesmo e/ou pagamento a menor da indenização, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.

20. Frise-se que, valor menor não irá reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar a Requerente a diferença da indenização paga a menor, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$ 12.150,00 (dose mil cento e cinquenta reais), referente as sequelas deixadas após o acidente de transito sofrido, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida a pagar ao Requerente indenização por danos morais no montante estimado em R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensando sua realização desde já.

O valor da causa é R\$ 22.150,00 (vinte e dois mil cento e cinquenta reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 13 de dezembro de 2019.

ELTON SOARES DIAS

OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: Manoel dos Santos, brasileiro, solteiro, desempregado, RG: 3019223-4 SSP/SE, CPF: 05547506869, residente e domiciliado à Trav vizinho ao mangue,006, Orlando Dantas, Aracaju/SE, CEP: 49042-123.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face Seguradora Líder,

podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 12/ junho 2019

Manoel dos Santos
Manoel dos Santos

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"

POLGAR DIREITO

Assinatura do Titular: *Manoel dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR 2019

DPVAT/SE

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR. 2019

DPVAT/SE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0.019.223-4 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 28/09/2005

NOME MANOEL DOS SANTOS

FILIAÇÃO MÃE JOSIA NÍTE GENITOR DEC. APRESENTADO

AV. MARIA DOS SANTOS

NATURALIDADE IREJÁ MIM-AL

DATA DE NASCIMENTO 28/02/1957

DOC. ORIGEM LT. NASCIM. NR 4089 LV A/04 FL 124

CP. CART. DIST. COM. IREJÁ MIM-AL

PIB 055.475.068-69

PIB 10862650341

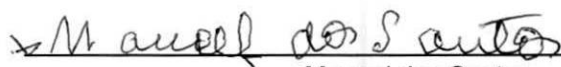
ASSINATURA DO DIRETOR: *[Assinatura]*

LE Nº 7116 DE 29/08/83

DECLARAÇÃO

Declaro sob as penas da Lei, que sou pessoa pobre na forma da Lei 1.060/50, não tendo condições de pagar as custas e eventuais despesas do presente processo sem prejuízo do seu sustento próprio e de minha família.

Aracaju, SE 05 de Abril de 2019.


Manoel dos Santos

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 009.650.059



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE
CLEIDE MARIA DOS SANTOS TRAV VIZINHO AO MANGUE 0006 ARACAJU

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/341273-1

REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
DEZ/2018	27/12/2018	12	07/01/2019	R\$ 0,00

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

CLEIDE MARIA DOS SANTOS

Roteiro: 16-001-160-7340

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 07/01/2019

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
07/01/2019	R\$ 0,00	341273-2018- 12-6



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



04ª DELEGACIA METROPOLITANA

AV. HERÁCLITO ROLEMBERG, FAROLANDIA - CONJUNTO AUGUSTO FRANCO FONE:() (79)3243-8900

Boletim de Ocorrência 2016/06505.0-004036 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: 04ª DELEGACIA METROPOLITANA

Endereço: AV. HERÁCLITO ROLEMBERG, FAROLANDIA - CONJUNTO AUGUSTO FRANCO FONE:() (79)3243-8900

FATO

Natureza: LEI 9.503/97 - LESAO CORPORAL CULPOSA NA DIRECAO DO VEICULO

Data e Hora do Fato: 16/09/2016 - 01:00 até 16/09/2016 - 01:00

Endereço: AV. HERÁCLITO ROLEMBERG Número: Complemento: CEP: 49000-000

Bairro: SAO CONRADO Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: 04ª DELEGACIA METROPOLITANA

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: MANOEL DOS SANTOS

Nome do pai: NÃO DECLARADO Nome da mãe: ANA MARIA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 055.475.068-69 RG: 30192234 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: IGREJA NOVA Data de nascimento: 28/02/1957 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: VENDEDOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: Não Alfabetizado

Endereço: Av. Amarela Número: 148 Complemento: INVASÃO DO BAIRRO 17 DE MARÇO - AO LADO DA AV. AMARELA

CEP: 49.044-000 Bairro: Santa Maria Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone: 79/9943-2778

PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML [Guia de Exame](#)

Descrição: LESÃO CORPORAL. - MANOEL DOS SANTOS

Perícia: IML [Guia de Exame](#)

Descrição: EXAME DE LESÕES CORPORAIS - MANOEL DOS SANTOS

HISTÓRICO

Relata o noticiante que na data acima retornava do trabalho em sua bicicleta, quando foi atropelado por um veículo de Placa QKX-4499, ficando com várias lesões, inclusive ficou em coma por três dias no Hospital João Alves. Ressalta que a condutora do citado veículo acionou a Samu, tendo em seguida se evadido do local sem se identificar.

Acrescentado por Joseval Bispo Guimaraes - 19/03/2019 às 13:04

A vítima compareceu a essa unidade policial para retificar a data dos fatos, que, em verdade, ocorreu no dia 16/09/2016 às 23h 46 min, sendo que, a samu compareceu ao local, por volta das 00h 40min; A vítima encaminhada ao HUSE no dia 17/09/2016, às 01h 30 min, conforme prontuário médico apresentado a esta autoridade policial.

Data e hora da comunicação: 23/09/2016 às 08:28

Responsável pela Alteração: Joseval Bispo Guimaraes

, Última Alteração: 19/03/2019 às 12:57.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses. ou multa.

Manoel dos Santos
MANOEL DOS SANTOS
Responsável pela comunicação

Carina Rezende da Silva
Bela. Carina Rezende da Silva
Delegada de Polícia Civil
SSP/SE

Joseval Bispo Guimaraes
Responsável pelo preenchimento

RELATÓRIO 0903 / 2018 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1609170011 / ESUS – SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **00h41min** do dia **17 de Setembro de 2016**, para atendimento de vítima identificada como **Manoel dos Santos**, com relato de **colisão carro x bicicleta**, no Bairro São Conrado, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju** realizou atendimento no local, seguido de remoção para o **Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE** do município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 18 de Junho de 2018


Tiemi S. M. Oki Fontes
Coordenadora Médica
SAMU 192 - Sergipe
CRM 4553

Tiemi Sayuri Menezes Oki Fontes

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE





UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE ARACAJU

Fundação
Hospitalar
de Saúde

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

Manoel dos Santos

DATA DA ENTRADA:

17/09/2016

DATA DA SAÍDA:

21/09/2016

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente trazido pelo SAMU, vítima de atepo
bombar. Foi encontrado desmaiado. O S.T.
de crânio / cervical e abdome foram
normais. O S. Rx de tórax / Bacia e Tórax
foram D.T. - Medicações: internado por
desmaios e dor - seguir segundo
alter.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

SHISLEY
CORRETORA

16.000.000

DPVAT/SE

EXAMES COMPLEMENTARES:

Tb. crânio / cervical / abdome.
Rx tórax / Bacia / Tórax D.
Laboratório

SHISLEY
CORRETORA

DPVAT/SE

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Alexandre Rodrigues
Dr. Marcelo Barbosa
Dr. Helio José de Albuquerque
Dr. Cicero Almeida

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

ARACAJU, 21 de maio de 2016

Ana Luiza Pinheiro Barreto
Especialista em UTI
CPF 139.478.553-53 CRM 189

Ana Luiza P. Barreto
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

IS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 111119

DATA: 17/09/2016 HORA: 01:30

USUARIO: SANTOS

CNS: SETOR: 04-PS VERMELHA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : MANOEL DOS SANTOS
IDADE: 59 ANOS NASC: 28/02/1957
ENDERECO: RUA JN
COMPLEMENTO: BAIRRO: SAO CONRADO
MUNICIPIO: ARACAJU UF: SE CEP: 49000-00
NOME PAI/MAE: CARLOS PINTO DOS SANTOS/FILHO
RESPONSAVEL: ARACAJU - CAPITAL
PROCEDENCIA: ACIDENTE AUTOMOBILISTICO
ATENDIMENTO: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
CASO POLICIAL: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM
ACID. TRABALHO: NAO

PA: [] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

cont. trajeto pelo SAMU (USB), motivo de atropelamento (noite 15 ago),
homem de estatura alta que morava e estava dirigindo o carro

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

outro recebeu a consulta.

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Estado de consciência, arbor, deitado
relato de acidente, melhora após 1 hora, melhora C.B.N.F.
Exams. de laboratório e Rx. Tórax e braço

DATA DA SAIDA:

HORA DA SAIDA:

ALTA: [] DEIXAÇÃO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENVIADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

BITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PAI

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO

NOME DE MÃDIA - MU
REALIZADO EM 17/09/16
AS 08:20 HORAS
RADIOLOGIA

HUSE
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - PS
REGISTRO: 170858
Data: 17/09/16

Assinado, Dr.
Dr. Elvino
17/09/16

em uso de MV 80%, sem alteração pulmonar, crônicas
onclinas; opht. normal, dor de dente 1/4
Hb T = 120 g/dl

1. EUB. EUB. 13, pupilo, reação fotográfica vs
2. cataplexia, tróquio-linha nítida, (color azul)
3. MV(4), punção de duas zonas de tórax
4. Fluido, não dolor a palpção, não palpa como ou ressecado
5. Síncope, pulso (+) normal

Hejando M. Rodrigues
Medicina Urgência
CRM - SE 3996

17/09/16 02:42h

Sin. Jeral + sensibilização com T.C. cianúrio e col. G.
real + Abscessos fútos (dois etc mistato). Abscessos
focais, sem resposta dolorosa à palpção pro
fundo. Pulso radial amplo com 78 bpm.
MM II + SS sem sinais de febre.

Unidade sem Res. Tórax

TC. Abscessos: cianúrio sem bandos, mas
se não notar líquido livre no contêiner

ARMV DANT, RA

3. Apneia u-a ualio de pelo vento

2) No, unido do NCR e duas unido

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

LAUDO ENV.
29/09/16

Reg. Definitivo...: 140689
Numero do CIB...: 0000000000000000
Nome...: MANOEL DOS SANTOS
Documento...: Tipo :
Data de Nascimento: 28/02/1957 Idade: 59 anos
Sexo...: MASCULINO
Responsavel...:
Nome da Mae...: ANA MARIA DOS SANTOS
Endereco...: RUA JN 55 005008875011651-9
Bairro...: SAO CONRADO Cep.: 49000-000
Telefone...: 79999522068
Município...: 2800308 - - SE
Nacionalidade...: BRASILEIRO
Naturalidade...: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1411119
Clinica...: 915 - PS VERMELHA
Leito...: 999.0006
Data da Internacao: 17/09/2016
Hora da Internacao: 06:18
Medico Solicitante: 023.274.961-28 - ALEJANDRO MIGUEL RODRIGUES ENCINAS
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico...: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: TSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc. Realizado:
Dt. Hr. Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

CAH to
21-9-16
Q

DATA: 17/09/16 # Plontas Lima #

.H/D = 1) TCE

Paciente em ventilação espontânea com ECG de 14 (03 V 5 MG); hemodinamicamente estável, sem redução. Queixa-se de dor de base de hemitórax ① (Rx sem pneumo ou hemitórax) e um tornozelo ②. Já liberado da cirurgia torácica.

Ao exame:

- AR = MVA em AHT, sem RIA

- AC = RCR em 2T, sem ruído

- Abd = n/a

- Ext = quentes, perfundidos, sem edema

- Neu = ECG: 14; dificuldade para visualizar pupila ① devido equimose e laceração linear em palpebra.

* TC de crânio = sem lesão

* TC de cervical = sem lesão

Ed = ① Aguarda Reavaliação da NCR para liberar colar cervical

② Rx, tornozelo ② A/P + perf + deliquo

③ Avaliação Oftalmologista

Dr. José Marcel J.F. Lima
Médico
CRM - SE 5144

18/09/16 # Plontas Lima #

Paciente em UE com ECG: 14; hemodinamicamente estável, sem redução. Queixa de dor em região cervical (colar cervical e base de hemitórax ①).

Ao exame:

- AR = MVA em AHT, sem RIA

- AC = RCR em 2T, sem ruído

- Abd = n/a

- Ext = quentes e perfundidos

- Neu = ECG: 14; laceração palpebra ② → dificuldade de visualização pupila

Ed = ① Alta p/ Verde trauma

② Aguarda Av. da NCR (liberar colar cervical? Novo Trauma)

Dr. José Marcel J.F. Lima
Médico
CRM - SE 5144

17/09/16 03:53 #NCP#

Paciente vítima de atropelamento, com relato de perda de consciência no local. Sem outras informações.

ex: Glasgow 3 (AO3 RV4 RM6)
pupila iso/potomárgica
utilizando 04 membros
Sem déficits sensitivos grossos

Ex de membros → Sem fraturas, sem hematomas, sem contusões

C de coluna cervical → sem lesão, sem fratura

ED: Observação neurologica por 12h
Mantém color cervical até melhora do NC
Retirar mancha rígida
Reavaliar o neurocognitivo após 15h

Helena Silva
MR Neurologia
CRM-SE 5287

17/09/16 03:53

Cirurgia Geral

Vítima de atropelamento (velocidade bruta e alta) com entrada neste hospital às 01:30 de hoje com relato de perda de consciência em casa. No momento da chegada, com Glasgow = 14 (AO3 RV5 RM6) com reflexos finos e parte do hemiflexão, indolência palpável

Exame de dor em 1/3 inferior de Hemitórax (D)


Radiografia de Tórax sem evidência de pneumotórax com pneumotórax e sem fratura de costelas

Ex de abdome sem líquido livre no cavidade abdominal e sem pneumoperitônio.

ED: Alta da cirurgia geral

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página n.º

DATA	HORA	HISTORICO
21.07.16		oftalm. seguir pulso integro. Papei temperatura normal OD altos de oftalmia Eol. N1 de 10/10
		 José Antônio dos Santos Oftalmologista CRM-SE 1852

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE
COLETIVO HORIZONTAL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NEUROCIRURGIA

Nome:	MANOEL DOS SANTOS, SGA.		
Hora:	20/09/2016	Prescrição e Dieta	
1. Dieta	<p>1. Branda HP, HC, Laxarite + Líquidos VO.</p> <p>2. SCF - 2000ml IV 28 gt/min</p> <p>3. Keflin 1g, VEIA de 6/6h.</p> <p>4. <u>Difirona 2ml + AD 8ml IV SOS</u> (di/ Bromopride) 12/00</p> <p>5. Plasil 2 ml, IM, SOS</p> <p>6. Anak 01 ampola + 18ml de SF, VEIA de 8/8h.</p> <p>7. Hialantal, 03ml + 100ml de SF, VEIA, lento de 12/12h</p> <p>8. Profenid 100 mg + SF 100 ml, EV, 12/12 h (se dor)</p> <p>9. Diazepam 10 mg, EV, lento, se crise convulsiva</p> <p>10. Captopril 25mg SL se Pamax > ou = 180 ou Pamin > ou = 110mmHg</p> <p>11. Casseceira a 30 graus</p> <p>12. Curativos Diários.</p> <p>13. FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA.</p> <p>14. Mudar de Decúbito de 2/2h.</p> <p>15. TFR e PA de 6/6h.</p>		
2			
3	16. Enxurrup 150, 04 amp + 150ml SF, VEIA		
4	de 12/12h.		
5			
6	Assinaturas da Equipe da Enfermagem (Neurocirurgia)		
7	Marcelo 891		
8	Marcelo Barreto Barbosa		
9	21/09/16	Alta da Neurocirurgia	Neurocirurgia CRM 891
10			
11	Dr. Cicero Santos de Lima		

PRONTO SOCORRO - HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE
COLETIVO HORIZONTAL

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NEUROCIRURGIA

	Nome: N/ANDEL DOS SANTOS, SGA.	
Hora	20/09/2016	Prescrição e Dieta
1. Dieta	<p>1. Branda HP, HC, Laxante + Líquidos VO.</p> <p>2. SCF - 2000ml IV 28 gt/min</p> <p>3. Keflin 1g, VEIA de 6/6h.</p> <p>4. <u>Difirona 2ml</u> + AD 8ml IV SOS (<u>cl/Bromopride</u>) 17/6</p> <p>5. Plasil 2 ml, IM, SOS</p> <p>6. Anak 01 ampola + 18ml de SF, VEIA de 8/8h.</p> <p>7. Hidantal, 03ml + 100ml de SF, VEIA, lento de 12/12h</p> <p>8. Profenid 100 mg + SF 100 ml, EV, 12/12 h (se dor)</p> <p>9. Díazepam 10 mg, EV, lento, se crise convulsiva</p> <p>10. Captopril 25mg SL se Pamax >ou= 180 ou Pamin >ou= 110mmHg</p> <p>11. Cabeceira a 30 graus</p> <p>12. Curativos Diários.</p> <p>13. FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA.</p> <p>14. Mudar de Decúbito de 2/2h.</p> <p>15. TPR e PA de 6/6h.</p>	<p>21-09/16</p> <p>21-09/16</p> <p>21-09/16</p> <p>21-09/16</p>
2	16. Enxame 100. 01 amp + 150ml SF, VEIA	
3	de 12/12h.	
4		
5		
6	Assinaturas da Equipe da Enfermagem (Neurocirurgia)	
7	Marcelo 891	
8	Marcelo Barreto Barbosa	
9	21/09/16	Alta da Neurocirurgia CRM 891
10		
11		

Dr. Cicero Santos de Lima
Médico
CRM/SE 5011

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

17.09.2016 1º Atendimento no Hospital São João.

17.09.2016 2º Atendimento no HOSP.

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

⇒ Paciente teve T.C.E. que evoluiu com Hemiparesia Subcortical e Intelectual, com distúrbios cognitivos leves, tais como:

- Com falha fragmentar.
- Tem tentativas fragmentar.
- Tem Tarefas Avulsas em Corrida Rápida/Alta.
- Tem Afetado da Parte da Mão em Alta Intelectual.

6 - Alta definitiva do tratamento: 1 07/2017

7 - Data do Exame do Paciente 1 15/09/2019.

8 - Segue Exame Anexo

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico	Renato Teixeira		Nº do CRM	1450	Fone:	(079) 3211-5368	
Endereço	Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas	Número	598	Cidade	Aracaju	Estado	Sergipe

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

15.09.2019.

Data

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

Assinatura e Carimbo

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190280132

Vítima: MANOEL DOS SANTOS

Data do Acidente: 16/09/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MANOEL DOS SANTOS

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.350,00

Dano Pessoal: Lesões neurológicas que cursem com comprometimento de função vital ou autonômica 100%
Graduação: Em grau residual 10%
% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%
Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = R\$ 1.350,00

Recebedor: **MANOEL DOS SANTOS**

Valor: **R\$ 1.350,00**

Banco: **104**

Agência: **000004408**

Conta: **0000012893-8**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



SINISTRO 3190280132 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MANOEL DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SHISLEY NUNES CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA

BENEFICIÁRIO MANOEL DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 05547506869

Posição em 12-06-2019 16:15:57

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/05/2019	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

16/12/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

17/12/2019

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, e embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940601925 - Número Único: 0071952-05.2019.8.25.0001

Autor: MANOEL DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, e embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade.

Cite-se e intime-se **a ré** para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, caput § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.

Aracaju/SE, 16 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RODRIGUES NETO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 17/12/2019, às 21:20:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003238155-16**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

18/12/2019

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

18/12/2019

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

10/01/2020

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

 Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 13/03/2020, às 11h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 02.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

10/01/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Considera-se intimado(a) a parte autora através de seu patrono, via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC, da audiência a ser realizada.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601925

DATA:

13/01/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040600111 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de
Aracaju

Bairro - Cidade -
Cep - Telefone -

Normal(Justiça Gratuita)



202040600111

PROCESSO: 201940601925 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0071952-05.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: MANOEL DOS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: CIs. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, e embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

Data e horário da audiência: 13/03/2020 às 11:45:00, **Local:** CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, 1º PISO DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA-AV. TANCREDO NEVES S/N. BAIRRO CAPUCHO, ARACAJU/SE.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º 6º 9º 14º E 15º ANDARES, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º 6º 9º 14º E 15º ANDARES, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em 13/01/2020, às 08:24:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000046802-93**.